

**Território e territorialidade durante a consolidação de assentamentos rurais:  
assentamento Olga Benário, Visconde do Rio Branco, MG**

*Fernanda Ayaviri Matuk*

*Geógrafa, Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de  
Viçosa*

*[fernandamatuk@yahoo.com.br](mailto:fernandamatuk@yahoo.com.br)*

*Lucas Magno*

*Geógrafo, estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural  
da Universidade Federal de Viçosa*

*[lucasgeoufv@yahoo.com.br](mailto:lucasgeoufv@yahoo.com.br)*

## **1 Introdução**

A estrutura fundiária brasileira tem gerado conflitos entre diferentes categorias sociais, mediante os quais o Estado tem apresentado soluções pontuais, com a criação de assentamentos rurais nas regiões de maior foco de tensão social. Os assentamentos englobam grupos sociais de diversas origens sócio-espaciais; sendo, portanto palco para a construção de uma territorialidade peculiar. Porquanto, faz-se importante o conhecimento da construção do território nos assentamentos rurais.

A lógica contraditória do capitalismo, expressa pelo desenvolvimento desigual e combinado, caracteriza-se pela constante destruição e recriação de territorialidades (OLIVEIRA, 1990). A compreensão do território envolve a organização do espaço, sua funcionalização e os diversos interesses sociais articulados durante a apropriação espacial (SOUZA, 2007). Para Haesbaert (2007):

*“O que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que as compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem” (Haesbaert, 2007: 49).*

Durante muito tempo acreditou-se que o avanço do capitalismo destruiria categorias sociais baseadas em formas não-capitalistas de produção, como o campesinato; porém estes têm encontrado formas de recriação de condições de sua reprodução social, por estratégias econômicas e políticas de reinserção social. A luta pela terra, por meio de movimentos sócio-territoriais, representa resistência perante a dominação da territorialidade de diversas classes pelo capita, na qual moradores de periferias urbanas, sem-terras, atingidos por barragens, etc., buscam reterritorialização (FERNANDES, 2005).

As ocupações de terras simbolizam a disputa territorial entre latifundiários e camponeses e revelam a incapacidade do capitalismo em incluir toda a sociedade em sua reprodução (FERNANDES, 1999). Questiona-se a efetividade da Reforma Agrária do Brasil, devido à limitação quanto à assistência técnica, crédito, de políticas que auxiliem a permanência na terra doada, à manutenção da estrutura fundiária e do modelo produtivo agrícola (MOREIRA, 1999).

Este trabalho objetiva analisar a construção de territórios e a territorialidade dentro dos assentamentos rurais no Brasil, considerando-se os elementos abordados.

### **3. Metodologia**

#### **3.1 Área de estudo**

O assentamento Olga Benário, antiga fazenda Santa Helena localiza-se em Visconde do Rio Branco, Zona da Mata de Minas Gerais (MG). O assentamento foi criado em 2005, com 760 há, planejado para 30 famílias, vindas, predominantemente, da região metropolitana de Belo Horizonte. A maioria delas passou de quatro a cinco anos acampada, e foram despejadas várias vezes antes de ser assentadas.

Visconde do Rio Branco tem uma área de 242,2 km<sup>2</sup>, com 35.346 habitantes e apresenta 22,13% das propriedades com menos de 5 ha e 50% de sua área com propriedades entre 50 e 1.000ha; não sendo comum a presença de grupos de luta pela terra, por isso o assentamento é a primeira área de Reforma Agrária no município.

Recentemente o mercado local tem expandido a indústria, contudo sua tradição sempre foi a agricultura, que, no passado, voltou-se para a produção de cana-de-açúcar, visando o

abastecimento de usinas da região. O histórico de uso das terras foi marcado pela exploração e degradação do solo. Após mais de 50 anos de monocultura de cana-de-açúcar, em 1996, a área destinou-se à pecuária extensiva de gado de leite. Em 2005 a fazenda foi desapropriada, mediante oferta do INCRA, que registrou irregularidades quanto ao pagamento de INSS dos funcionários e supervalorizou a propriedade, estimulando sua venda.

### 3.2 Procedimentos para a pesquisa

O trabalho baseou-se no acompanhamento da elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e de oficinas realizadas por projetos de pesquisa da Universidade Federal de Viçosa (UFV) - “Planejamento Territorial e Aspectos Sócio-ambientais: um modelo teórico e operacional de referência para o parcelamento de terras em assentamentos” e “Construção do Conhecimento Agroecológico em Assentamentos de Reforma Agrária”, financiado pela FAPEMIG. Foram também realizadas entrevistas semi-estruturadas com 12 famílias de assentados e o técnico de planejamento territorial, centradas na organização sócio-espacial do assentamento e nas relações dos assentados entre si e com os agentes externos.

## 4. Resultados e discussão

A análise territorial deve englobar desde a macro-escala (modelo econômico atual), que desfavorece a inserção da agricultura familiar no mercado, à micro-escala, universo individual de cada família (expectativas e conflitos das famílias entre si e com as entidades que atuam no assentamento). A territorialidade do assentamento baseia-se na construção de uma sociabilidade nova.

A ocupação do assentamento, em 2005, visou acelerar sua desapropriação. Havia ainda na fazenda 12 famílias de trabalhadores, que foram convidadas a serem assentadas. Destas a maioria demonstrou preconceito à atuação do MST, permanecendo apenas seis famílias. Há um total de 84 pessoas no assentamento, entre as quais 35% têm mais que 40 anos, que gera escassez de mão-de-obra. A maioria das famílias tem renda baixa, em alguns casos complementada por trabalhos periódicos na cidade e pela venda de produtos agrícolas.

Sete das 30 famílias têm apoio do programa Bolsa Escola, uma do Auxílio-Gás, uma de pensão e três de aposentadoria.

A falta de recurso dificulta as ações dos assentados para iniciarem suas atividades produtivas e a melhoria da infra-estrutura da fazenda, que necessita de saneamento básico e abastecimento de água, entre outros serviços. O grau de escolaridade do assentamento é baixo. As crianças e jovens estudam em Visconde do Rio Branco, mas a precariedade do acesso e segurança do transporte e mesmo a falta de conscientização das famílias desestimulam a educação.

As famílias são predominantemente de origem urbana (80%), mas a maioria já havia trabalhado com agricultura ou vivido no campo. Aderiram ao MST devido a: más condições de trabalho, saúde, educação e habitação no meio urbano (os empregos eram informais e a moradia em subúrbios).

Os originários do meio rural entraram no MST devido à expropriação sofrida por eles ou por seus ancestrais e à busca por autonomia e qualidade de vida. Observa-se um vínculo afetivo dos antigos trabalhadores ao local, mesmo sob uma condição limitada de atuação sobre o território; o que diverge da postura dos assentados do MST, que sob a restrição quanto à sua capacidade de apropriação do território, buscaram a militância social e a reterritorialização.

Mas a busca comum de ambos o grupos promoveu sua união:

*“Nós nos encontramos aí, começamos a fazer amizade. Eles precisava de uma carroça pra buscar umas telha, nós buscava pra eles. Parece que eles me adotou e eu adotei eles. Eu, graças a Deus, dentro do movimento aí, eu se dou muito bem com o pessoal...Trabalhava na roça, você tinha de ficar ali o dia inteiro. E costumava às vezes, quando era um apontador enjoado, ele conferir o pessoal. Se você tivesse ido embora, você perdia aquele dia e o domingo. E tinha que vir de onde tivesse trabalhando lá pra onde era o ponto. Então por isso eu me sinto hoje muito satisfeito, agradeço muito a Deus... Outra coisa boa que eu acho do movimento é... a palavra deles é união”* (entrevistado do NB Santa Helena, p. 10 do caderno de campo, 2009).

A identidade dos assentados baseia-se na união para a promoção de subsistência e a edificação de um patrimônio para seus descendentes, como se pode constatar:

*“Meu sonho de ver esse assentamento daqui a 10 anos é o seguinte: acima dessas nascentes muita árvore; muita fruta. Outra coisa, eu adoro o movimento e o pessoal daqui, o respeito que eles tem com a natureza. Para fazer uma cerca aqui cara, pensa mil vezes. E só é no ultimo caso mesmo! Se tiver um bambu, nós estamos colocando um bambu. O respeito com essas minas, é uma coisa...”* (entrevistada do NB Lênin, p. 18 do caderno de campo, 2008).

A intervenção no assentamento iniciou-se em 2006, com o Diagnóstico Rápido Participativo, realizado pela UFV, que delineou as demandas do assentamento; seguido pelo PDA, que aprofundou este trabalho e definiu a organização territorial e produtiva do assentamento, com prioridade de segurança alimentar, autonomia produtiva e qualidade de vida. O planejamento participativo efetivou-se com os técnicos do MST (vinculados à UFV; cuja atuação pode ser analisada a partir deste trecho de entrevista:

*“Nós precisamos levantar informações que, no nosso ponto de vista, precisam de um elemento crítico. Não só de você dizer como é que é, e como que quer, mas que as famílias tenham capacidade de entender o impacto do que elas querem pro futuro delas... Que diferente de um diagnóstico simples que você chega lá, pergunta o quê que você quer e volta com aquilo pronto depois”* (técnico do PDA entrevistado, p.40 do caderno de campo, 2008).

A organização territorial do assentamento foi feita da seguinte maneira:

*“... nós fizemos aí foi tirar as áreas sociais; as reserva; as lagoa; pegou esse eucalipto ali e deixou ele separado pra ser área de cultivo pro movimento, em área comum; o campo deixou na área*

*comum. E cada núcleo tem uma área dessa, nós fala é área social, mas é uma área comum, de todo mundo. As benfeitoria que tem dentro da fazenda, deixou em área comum, a balança, dois curral... E, foi bom (entrevistado do NB Lênin, p.40 do caderno de campo, 2008).*

A organização territorial do assentamento foi estabelecida em conjunto pelas famílias e a equipe do PDA, visando promover o desenvolvimento socioeconômico dos assentados, com condições de produção semelhantes e conservação ambiental – esta como produto de exigências do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e dos técnicos da UFV, de inclinação para a Agroecologia.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrário (INCRA), determina a área média dos lotes, as condições para a liberação de créditos, o recurso para a acessória técnica e indiretamente, condiciona a infra-estrutura e ser oferecida, que fica a encargo dos próprios assentados. Os recursos disponibilizados pelo INCRA são poucos para a sobrevivência dos assentados da terra. Fato responsável pela saída de pessoas de duas famílias de suas propriedades; que depois receberam outros assentados. Dentre os créditos cita-se: Crédito de Instalação, na modalidade Aquisição de Materiais de Construção (R\$ 2.400), que pode ser obtido em espécie, cestas básicas, gado, equipamentos e ferramentas; PRONAF, para a compra de sementes e ferramentas; Crédito Moradia (R\$ 10.000) após o licenciamento ambiental (AESCA, 2008). Até sua liberação as famílias moram em edificações já existentes (que requerem reformas) e em moradias improvisadas (lona, alvenaria, adobe, etc); pois o licenciamento só foi efetuado em 2009.

O IEF avalia o plano de uso do solo e licencia o assentamento, condicionando o plantio ao limitar as áreas de cultivo. Embora muitos dos assentados se interessem em incorporar a Agroecologia há empecilhos: não é parte de sua cultura, demanda tempo para a recuperação da qualidade da terra, mais mão-de-obra e assistência técnica. Contudo requer menor investimento; sendo considerada por Altieri (2002), adequada à agricultura familiar. Pratica-se homeopatia e consórcio de espécies, mas utiliza-se maquinário e insumos no preparo das terras.



Busca-se nos assentamentos do MST uma organização territorial voltada para a integração social e a construção de uma identidade coletiva, o que se reforçou no Olga Benário pela Agroecologia. A relação dos assentados com o INCRA, IEF e prefeitura local é de distância e costuma ser mediada pelos técnicos, uma vez que os assentados não sabem a quem e como recorrer para reivindicar. Muitas vezes desconhecem seus direitos, o que indica uma lacuna no movimento em não capacitar esta formação.

A organização política interna do assentamento, baseada no MST, é de gestão democrática, através de núcleos de base (NB's), baseados na divisão de famílias com interesses próximos quanto à forma de organização social e produtiva, preferência pela localização para a moradia (isolada ou próxima de famílias vizinhas), e em função das condições ambientais.

No assentamento há 3 NB's: Santa Helena, União e Lênin, cuja organização territorial diferencia-se pela proximidade dos lotes e disposição de áreas de produção. Cada NB tem duas lideranças (sexo feminino e masculino), responsáveis por reuniões periódicas e assembleias, das quais todos devem participar; repassar informações do MST e tratar problemas internos. Há também Setores de Equipe temáticos (áreas de saúde, educação, etc.). A união no assentamento foi destacada por várias pessoas, mas, observou-se que, apesar de abarcar a maioria das famílias, muitos só participam quando necessário à garantia de seus interesses.

No NB Santa Helena a maior parte da área disponível foi destinada a áreas de uso comum, objetivando produção coletiva e acesso a terras de boa qualidade para todos; há lotes individuais de moradia e área de exploração coletiva para a produção. O NB Lênin concentra o maior número de pessoas de origem urbana, tem o menor apoio de benefícios públicos e menor renda, além de topografia mais acidentada. O uso coletivo limita-se às melhores terras e à lagoa. Os lotes de moradia são afastados da área de produção e os de produção têm uma parte de morro e uma de baixada, visando distribuir equitativamente as áreas para de cultivo.

O NB União ocupa a área mais isolada do assentamento. Não há área para exploração coletiva (as famílias queriam evitar problemas relacionados à individualidade da produção). O

trabalho agrícola é individual. Concentra as terras de pior qualidade, por isso teve dificuldade em definir o parcelamento, sendo necessário o sorteio dos lotes.

A produção, seguindo o MST, combate a monocultura (impedindo o aluguel de pasto, comum na região), visa a policultura e a produção coletiva. Tanto as famílias que já residiam na fazenda quanto as do MST precisaram adaptar-se à nova forma de organização produtiva e política do assentamento. A produção agrícola é constituída principalmente por lavouras temporárias, mas há cultivos permanentes, voltados para o abastecimento interno, mas comercializa-se o excedente (principalmente feijão, mandioca, milho e leite) - os próprios consumidores também vão ao assentamento ou se vende de porta em porta na cidade. Há criação de bovinos de leite e de corte, aves (galinha, pato, d'angola) e suínos.

Há contrato fixo apenas com a prefeitura para abastecimento da merenda de escolas públicas, em troca da utilização do trator da prefeitura; porém este serviço nem sempre é oferecido seguindo o combinado - o que revela a relação com a prefeitura local, de pouco apoio e difícil acessibilidade.

A produção coletiva foi mais intensa durante o início da implantação do assentamento e se reduziu com a conquista de estabilidade produtiva. Nas áreas de produção coletiva cada família tem direito a uma parcela de solo, mas a forma de produção (coletiva ou individual) é escolhida pelas famílias. Nota-se que as imposições sobre a organização territorial do MST podem gerar conflitos de uso da terra futuramente. Há três grupos fixos de produção coletiva de café, mel (apicultura) e cultivos variados. Não há grupo organizado de mulheres, mas há interesse neste sentido. O trabalho, em sua maioria, é de base familiar, a divisão do trabalho inclui mulheres e adolescentes na produção agrícola e doméstica, buscando compensar a baixa mão-de-obra disponível (maioria da população jovem ou acima de 40 anos). Também com este intuito são organizados mutirões. A baixa produtividade e não posse de trator são fatores que enfraquecem a produção.

Almeja-se no futuro que a venda se especialize e obtenha maior valor agregado visando uma melhor qualidade de vida (veículo de transporte, alimentos não cultivados no lote, roupas e remédios), o que pode gerar conflitos com a ideologia do MST, que se opõe à monocultura, estratégica para a especialização e para melhor atuação no mercado. A inserção no mercado local de Visconde do Rio Branco ocorreu gradativamente. Os antigos trabalhadores da fazenda auxiliaram a aceitação dos moradores urbanos (e vizinhança rural)



de relações comerciais e de cordialidade com os assentados, uma vez que a reação inicial a sua presença era de desconfiança.

Entre as ocupações anteriores destacam-se: carpinteiro, servente, operador de moto serra, segurança, mecânico, etc. Entre as mulheres: trabalho doméstico ou dona de casa. Aqueles inexperientes com a agricultura seguem o que é feito pelos mais experientes; precisam adaptar-se aos horários de trabalho rurais, ao consumo de alimentos não industrializados e buscam formas de trabalho alternativas à agricultura (uma solução seria organizá-los para o beneficiamento de produtos agrícolas ou artesanato, mas estas atividades inexistem no assentamento e requerem assistência técnica e financeira; apenas produz-se farinha de mandioca, doces e queijo).

As maiores dificuldades notadas no assentamento, de forma geral, são a falta de recurso para necessidades mais básicas e urgentes das famílias e a demanda por assistência técnica. Pelo pouco tempo de estruturação do assentamento (criado em 2005), sua territorialidade está se firmando, mas os traços observados estarão presentes na consolidação desta territorialidade.

A sociabilidade no assentamento indica uma identificação que une os assentados perante as dificuldades, e a alegria de estarem livres da figura do patrão e do medo de não ter trabalho, moradia e segurança para seus descendentes. Assim, há um grande apreço simbólico pelo assentamento, que aparenta haver muito mais tempo de assentamento do que apenas cinco anos.

Percebeu-se que o MST induz a organização produtiva, podendo gerar conflitos, mas é também o principal auxiliador dos assentados, pois permanece sendo influente mesmo após sua consolidação. O que mais fortalece os assentados mediante as adversidades é o apoio mútuo e do MST. Em última instância, o Estado (agente de ação mais indireto), está muito mais voltado para o agronegócio que para a agricultura familiar.

A complexa territorialidade do assentamento pode ser sintetizada como: um conjunto de pessoas de diferentes origens e culturas, composto por adeptos do MST e trabalhadores rurais “convertidos” ao movimento, aprendendo a conviver sob uma nova forma de organização social, numa teia em que se conflitua a relativa autonomia dos assentados e os deveres para com as entidades que têm poder sobre o assentamento.

## 5. Conclusões

Há diversas entidades envolvidas na implantação de assentamentos rurais, dentre elas: técnicos da UFV, assentados, INCRA, IEF, e de modo mais distante prefeitura e Estado; cujas exigências interferem na apropriação do território, formando uma teia de relações de poder que limita a plena independência dos assentados para o estabelecimento de uma territorialidade baseada apenas em seus interesses próprios. A macro-estrutura político-econômica nacional, de qualquer maneira, independente da ação dos agentes externos sobre o assentamento, limita a reterritorialização dos assentados, pois mantém uma estrutura fundiária e produtiva dificultadora da sobrevivência do campesinato, evidenciando que, apesar da grande competição com o capitalismo, há uma contraditória permanente reconstrução das relações não-capitalistas de produção.

O conceito território serviu ao entendimento integrado dos elementos que compõem o espaço analisado. A territorialidade da agricultura familiar observada mostrou que, ao produzir formas de apropriação do espaço diversas da geradora dos atuais problemas socioambientais, auxilia a organização de formas de gestão do espaço capazes de conciliar diferentes grupos sociais e meio ambiente. Contudo faltam políticas de apoio e ampliação de condições para esta conquista.

### Referências bibliográficas

- AESCA (Associação Estadual de Cooperação Agrícola). Plano de Desenvolvimento do Assentamento Olga Benário. Belo Horizonte: 2008.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Editora Agropecuária, 2002a. 592 p.
- BERGAMASSO, S. M. P. P. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. Estudos Avançados. 11 (31), 1997. p. 37-49.
- FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 285p
- HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto; 2002.
- LASCHEFSKI, K. O comércio de carbono e a industrialização de paisagens: Bioenergia e conflitos socioambientais. In: LIMA, M. C. (Org.). **Dinâmica do Capitalismo Pós-Guerra Fria: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento**. São Paulo: Unesp, 2008. 374p.
- MARQUES, M. I. M. **Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica**. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.) **Campesinato: territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MORAES, A.C.R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. SP: Hucitec, 1997.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**/ Roberto José Moreira – Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica, RJ: UFRJ, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1999. 204p.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço: Técnica e tempo, Razão e Emoção**/Milton Santos. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SOUZA, Marcelo José Lopes. Conceitos e temas. **O Território: Sobre espaço e poder, Autonomia e Desenvolvimento**. In Conceitos e Temas, org por CASTRO, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cezar da Costa; Corrêa, Lobato, 10<sup>a</sup> Edição – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.